Vitória (ES), quinta-feira, 24 de Março de 2022.

disposições previstas no Art. 24, incisos III, IV, XII, XVI e XXIII, da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93; e **VII-** Aquisição de bens e serviços de qualquer natureza, incluindo obras de engenharia, por meio de inexigibilidade de licitação com valor anual estimado igual ou superior a R\$ 750.000,00(setecentos e cinquenta mil reais), exceto as inexigibilidades de licitação celebradas para cobrir despesas com:

a) serviços de abastecimento de água e esgoto, assim como o fornecimento de energia elétrica, prestados mediante tarifas preestabelecidas, cobradas de todos os usuários do mesmo serviço, por concessionária de serviço público que tem o fornecimento exclusivo na região em que existe a demanda;

b) aquisição de vale-transporte junto às empresas concessionárias de transporte coletivo urbano;

c) serviços postais, compreendidos dentro do regime de monopólio, junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT;

d) serviços de pagamento de pedágio, na modalidade "via expressa", adquirido junto à empresa concessionária, exploradora de rodovia estadual ou federal;

e) publicações de atos oficiais, que decorram do cumprimento da lei ou da aplicação do princípio da publicidade, no Diário Oficial do Estado-DOE.

VIII- Adesões a atas de Registro de Preços, quando a licitação original não tenha sido realizada por órgão vinculado ao Poder Executivo Estadual e desde que seu valor seja superior a:

a) R\$ 1.500.000,00(um milhão e quinhentos mil reais) quando o objeto se tratar de aquisições de bens e contratações de serviços de tecnologia da informação;

b) R\$ 1.500.000,00(um milhão e quinhentos mil reais) na aquisição de outros objetos e serviços.

Art. 2º Os processos deverão ser enviados à UECI/PCES já instruídos com a declaração de conferência dos itens especificados na lista de verificação do anexo da Resolução CONSECT nº 38/2021 que lhe for aplicável, sem prejuízo da emissão da lista definitiva após a devida verificação pela UECI/PCES e, quanto aos atos que contenham aspectos técnicos, econômicos ou financeiros, neles constarão a demonstração do cumprimento do ordenamento jurídico, normas de procedimentos, normas técnicas expedidas por órgãos e entidades que o regulam(SECONT, SEFAZ, PGE, entre outras Secretarias, TCE e TCU) aplicáveis ao referido ato.

Art. 3º A UECI/PCES terá o prazo de até 07(sete) dias úteis para realizar a avaliação prévia, a partir da data de recebimento do processo.

Parágrafo Único - Os processos administrativos encaminhados à UECI/PCES com os selos de "urgente", "prioritário" e "estratégico", bem como, demais situações de excepcionalidade, terão os prazos referidos no caput deste artigo reduzidos para até 3(três) dias.

Art. 4º Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Vitória, 22 de março de 2022.

JOSÉ DARCY SANTOS ARRUDA

Delegado-Geral da Polícia Civil

Protocolo 821004

Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN -

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N Nº 14 DE 23 DE MARÇO DE 2022

Altera os artigos 25, 37 e 43 da Instrução de Serviço N nº 110 de 29 de julho de 2020.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DETRAN/ES, na forma do art. 7º do Decreto nº 4.593-N, de 28 de janeiro de 2000, republicado em 28 de dezembro de 2001 e no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar 226/2002 e o art. 24, alínea "h" da Lei nº 2.482 de 24 de dezembro de 1969.

CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União de que, no caso de credenciamento, "para a regularidade da contratação direta, é indispensável a garantia da igualdade de condições entre todos os interessados hábeis a contratar com a Administração, pelo preço por ela definido" (Acórdão 351/2020-TCU-Plenário, relator ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa);

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ao disciplinar o credenciamento em seu art. 79, parágrafo único, inciso III, determinou que o edital de chamamento de interessados deverá definir o valor da contratação;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 9.090, de 23 de dezembro de 2008, que institui normas para licitações, ao tratar do edital de credenciamento em seu art. 6º, I e VI, obriga a "manutenção de tabela de preços" e a "rotatividade entre todos os credenciados";

CONSIDERANDO a oportunidade de redução do preço final ao consumidor;

CONSIDERANDO, ainda, o que consta no Processo Administrativo nº 2021-HGPQ8.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os artigos 25, 37 e 43 da Instrução de Serviço N nº 110 de 29 de julho de 2000, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 Os estampadores credenciados deverão realizar, sob sua única, exclusiva e indelegável responsabilidade, a comercialização direta com os proprietários dos veículos, sem intermediários ou delegação a terceiros, a qualquer título, obedecendo o preço total e fixo da PIV, definido de forma pública e estabelecido em quantidade de VRTE - Valor de Referência do Tesouro Estadual:"

Estampagem, acabamento final, comercialização e afixação de:	Quantidade de VRTE
Par de placas de identificação veicular de automóveis, caminhonetes, ônibus, caminhões e similares	45
Placa de identificação veicular avulsa (única) ou de identificação de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos, reboques, semirreboques e similares	29

"Art. 37 A mudança de endereço físico da estampadora, independente se credenciada junto ao DETRAN/ES ou SENATRAN, somente será permitida dentro do mesmo município informado na origem do credenciamento, devendo ser solicitada pelo representante do interessado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias."